

Reagan não quer negociar em bloco com os devedores

Sílvio Ferraz
Correspondente

O Governo americano está atento às dificuldades dos países devedores, sobretudo no que se refere à estabilidade política do continente, mas não vê qualquer possibilidade de dialogar em bloco sobre a questão da dívida. "Não podemos meter no mesmo saco o Brasil, a Bolívia e o Peru", disse um graduado funcionário do governo americano ao JORNAL DO BRASIL.

Ele mencionou também que o Secretário de Estado, George Shultz, deixou claro para o Presidente Sarney, em seu encontro da semana passada em Nova Iorque, que os Estados Unidos querem ver o Brasil crescendo, livre do fardo da dívida externa o mais breve possível; mas seu governo acha que esta tarefa só será alcançada se as autoridades brasileiras adotarem uma política econômica que controle a situação interna. Nos vários departamentos do governo americano onde esta questão está sendo estudada com bastante cuidado, teme-se pela dívida interna brasileira. Acredita-se que ela possa atingir um nível incontrollável, arrastando o resto da economia para um buraco negro.

Na reunião que o Secretário do Tesouro, James Baker, manteve com os principais banqueiros americanos na noite de terça-feira passada, em Washington, foi pedida mais atenção dos bancos para a crucial questão da dívida externa e igualmente que fossem mais complacentes no julgamento de novos empréstimos para os países devedores. Baker expressou a preocupação do governo americano de que a democracia, ainda tenra nos principais países devedores, possa ser comprometida pelo acirramento da crise econômica.

A estratégia em fase de montagem pelos americanos se baseia no aumento do capital do Banco Mundial — para permitir este organismo de fomento conceder mais empréstimos —, aliado a uma posição mais flexível do Fundo Monetário Internacional. Os Estados Unidos fariam valer o peso de sua presença nestes dois órgãos para atenuar as eventuais resistências dos demais países credores.

Para este acerto resultar eficiente será necessário que os países endividados adotem políticas de austeridade nos gastos públicos e procurem um real engajamento no combate à inflação. "Se não for assim, será o mesmo que jogar dinheiro num saco furado", afirmou a mesma

fonte recordando o caso argentino há dois anos, quando os recursos foram fornecidos mas o governo não tomou qualquer providência para colocar a casa em ordem.

"O Brasil leva vantagem sobre os demais devedores porque continua merecedor da confiança dos banqueiros", afirmou a fonte. Para ele, as autoridades brasileiras deveriam buscar o mais rápido possível um acordo com os bancos e com o Fundo Monetário para tirar partido de sua boa situação atual: o pagamento dos juros está em dia, o vencimento do principal está adiado até 14 de janeiro e as reservas estão entre 8 e 9 bilhões de dólares. "Não poderia haver melhor cenário para uma discussão sobre o caso brasileiro", ponderou.

Para ele, o simples alinhamento dessas condições mostra que a questão da dívida tem que ser vista isoladamente, país por país. Juntar todos os devedores numa mesma sala com os banqueiros resultaria numa cacofonia frustrante.

Altíssimo nível

As decisões do governo americano sobre a questão da dívida dos países latino-americanos estão sendo tomadas em altíssimo nível, segundo confidenciou a mesma fonte. Os papéis sobem para os gabinetes dos Secretários mas as informações sobre o que vão fazer não descem, disse. Há estudos envolvendo o Tesouro americano, o Federal Reserve e o Departamento de Estado em busca de uma proposta de conciliação em torno da dívida externa, mas ainda não se chegou a uma plataforma comum que pudesse ser colocada sobre a mesa de negociação.

Os banqueiros ficaram satisfeitos com a reunião com Baker, pois vêem que a preocupação do governo é um sinal de que o Tesouro poderá ajudá-los em alguma forma de negociação que envolva maiores recursos para os países devedores. No caso específico do Brasil, os banqueiros estão com os olhos voltados para a política econômica do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a fim de verificar a seriedade com que o Governo brasileiro está encarando a questão do ajustamento econômico. Nesse sentido, o controle de preços, por exemplo, é uma medida indicadora de que se está buscando resultados fictícios. Controlar a inflação por este meio é o mesmo que tentar encobrir a feiúra da senhora inflação com uma grossa camada de cosméticos, comentou um banqueiro.